

PUBLIQUE-SE



CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO

Presidente

REQUERIMENTO nº

RDP
43/2019

RICARDO
TEIXEIRA

REQUEIRO à Douta Mesa, nos termos do artigo 90 e seguintes do Regimento Interno, conjugados com o §3º do artigo 58 da Constituição Federal e artigo 33 da Lei Orgânica do Município de São Paulo, a instituição de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI), composta de 5 (cinco) membros titulares, com a finalidade de averiguar as suspeitas de desvios de recursos envolvendo as creches conveniadas do município de São Paulo. O prazo da CPI para conclusão dos trabalhos deverá ser de 120 (cento e vinte) dias.

Sala da Comissão de Administração Pública, _____ de _____ de 2019.

TUMA

IANAÍNA LIMA
Vereadora

ELISEU G.

SONINHA

ELSON
BARRETO

GILBERTO
NASCIMENTO

CAMILLO CRISTOFARO

Palácio Anchieta - Viaduto Jacaré, 100 - sala 607 - 6º andar, São Paulo, SP CEP 01319-900 fone (11) 3396-4000



PUBLICIDADE

Máfia das creches terceirizadas é suspeita de desviar verba e comida de unidades em SP

Investigação da Polícia Civil busca cumprir mandados de busca em 16 endereços, entre eles 2 centros infantis



12 set. 2019 às 9h59

Ouvir o texto A- A+

Artur Rodrigues

SÃO PAULO Entidades sem fins lucrativos responsáveis pelas creches conveniadas da Prefeitura de São Paulo são suspeitas de desviar verbas e terem 'donos' que mantém padrões de vida de magnata, apontam investigações da Polícia Civil.

A polícia iniciou, na manhã desta quinta-feira (12), a operação Misanthropia, com cumprimento de mandados de busca e apreensão previstos para 16 endereços ligados aos suspeitos de chefiarem uma possível máfia das creches municipais, suspeita de crimes como apropriação indébita, peculato, formação de quadrilha e ocultação de patrimônio.

De acordo com o pedido feito à Justiça, autorizado pela juíza Tamara Priscila Tocci, "as investigações até então encendradas levam a fortes indícios de que há formação de uma organização criminosa, voltada a constituição de empresas de fachada para o fim de desviar e apropriar de verbas públicas, especialmente as destinadas ao custeio de creches conveniadas à PMSP [prefeitura] e pagamento dos respectivos encargos".

A peça narra ainda que as entidades "passaram não somente a desviar recursos públicos em espécie, mas também prestam-se a desviar gêneros alimentícios enviados pela PMSP em detrimento aos cuidados das crianças".

Entre os locais que tiveram mandado de busca autorizado pela Justiça, estão duas creches, a Cei Egídio Corsi, em Cidade Tiradentes, e a Cei Lucia Prestes, na Vila Zefira, ambas na zona leste.

receba notícias da folha

Digite seu e-mail

relacionadas



Professores vão à Justiça contra ordem de Dória de recolher apostilas

Curso de inglês grátis atende 2.500 ahnos de baixa renda pelo país

Bolsonaro pede a MEC projeto de lei para proibir 'ideologia de gênero'

Investimento é tema de episódio de podcast sobre empreendedorismo

Série conta história de startups que transformam o futuro

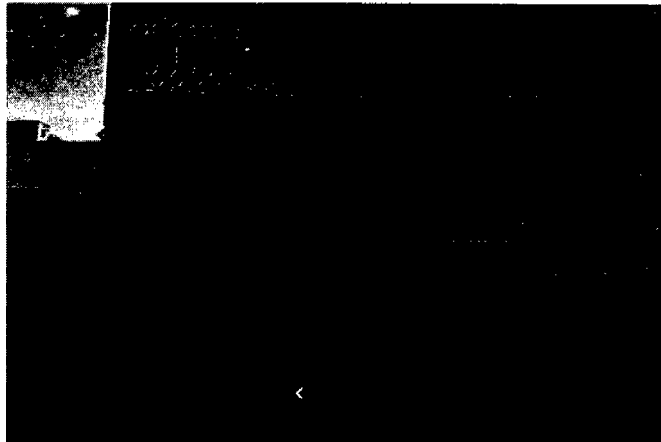
EstúdioFOLHA: projetos patrocinados

Brooklyn LABS



A ação, realizada por policiais do 10º Distrito Policial (Penha), está focada em um grupo responsável por cerca de 20 creches da região leste.

PUBLICIDADE



Cei Amaral e Tolentino, unidade administrada por uma das associações suspeitas - Reprodução

veja também



MASSACRE EM ESCOLA

Obsessão por game, abandono dos pais e bullying marcaram vida de atirador de Suzano

TRAGÉDIA EM BRUMADINHO

Mãe de vítima de Brumadinho sonha com ossos para enterrar

✕

A investigação também usou como base informações de reportagens da **Folha**, sobre ação política nas creches e possíveis brechas na distribuição de alimentos. O grupo chefiado pela delegada Ana Lucia Souza suspeita deve esmiuçar as irregularidades nas entidades terceirizadas de toda a cidade, responsáveis pela maioria das vagas de creche disponibilizadas pelo município —280 mil das 340 mil vagas para crianças de zero a três anos.

A operação começou após uma denúncia de desvios de valores de FGTS e INSS de funcionários e falsificação de guias entregues à prefeitura. Os casos viraram diversos processos trabalhistas, em que a prefeitura pode acabar sendo responsabilizada e sofrendo prejuízo pelo rombo.

O acúmulo de processos com dívidas de centenas de milhares de reais chamou a atenção da escritã do caso, Patrícia Marcomini, que passou a ouvir ex-funcionários das empresas que processaram as entidades e acabou encontrando indícios da ação de uma quadrilha que cometeria vários outros crimes.

Em um dos casos, por exemplo, uma funcionária relatou desvio de alimentos de uma unidade. A comida era colocada em sacos pretos levados em um veículo "fazendo assim a subtração desses alimentos destinados à creche".

O caso teria se dado em uma das seis creches administradas pela Associação Águas Marinhas, cujo presidente é Jean Gonçalves do Amaral. A mãe dele, Magali Gonçalves, teria dado a ordem para o desvio dos alimentos, disse a testemunha.

Em julho, a gestão Bruno Covas (PSDB) suspendeu o funcionamento de cinco creches administradas pela Águas Marinhas, por uma série de irregularidades. Na ocasião, algumas mães relataram comida racionada na unidade.

Magali também é dona de uma empresa de construção que teria sido usada para prestação de serviços nas unidades infantis, aponta a investigação. Ela é ex-sócia do suspeito de ser o grande articulador do grupo, Leonardo Moreira Corsi, na papelaria Amaral e Tolentino —o nome da empresa é o mesmo de uma das creches administradas pela Associação Águas Marinhas.

Ex-presidente de duas ONGs responsáveis por creches, a Associação Anjinho de Deus e Mulheres da Cidade Tiradentes, Corsi vive em um luxuoso condomínio no Jardim Anália Franco (zona leste de SP), um dos endereços vasculhados.



Condomínio de luxo no Jardim Anália Franco, zona leste, onde vive um dos suspeitos - Reprodução

A apuração policial também constatou que, direta ou indiretamente, ele seria proprietário de ao menos seis carros, entre eles um Porsche, uma Mercedes e um BMW. Investigadores que acompanharam o dia a dia dele verificaram que o padrão de vida do suspeito é muito maior do que o que propiciaria a renda de alguém que atua em pequenas empresas e em ONGs.

Ele é sócio de empresas que são potenciais fornecedoras das creches — além da papelaria, um escritório de contabilidade, uma empresa de alimentos. Esta última foi criada em abril de 2018, quando já se falava dentro da prefeitura da possibilidade de passar a enviar o dinheiro para que as entidades terceirizadas comprassem os alimentos, medida efetivada neste ano.

A polícia apura o envolvimento do pai e da mãe dele, Célio e Natalina Corsi, que também tiveram endereços residenciais e de empresas incluídos entre os vasculhados pela polícia.

A operação também visa apurar a ação de escritórios de contabilidade usados pelo grupo, suspeitos de serem usados na emissão das notas fiscais frias e na criação de um caixa paralelo.

A reportagem ligou para endereços previstos na operação, mas não localizou os suspeitos na manhã desta quinta.

★ ★ ★



sua assinatura vale muito

Mais de 180 reportagens e análises publicadas a cada dia. Um time com mais de 120 colunistas. Um jornalismo profissional que fiscaliza o poder público, veicula notícias proveitosas e inspiradoras, faz contraponto à intolerância das redes sociais e traça uma linha clara entre verdade e mentira. Quanto custa ajudar a produzir esse conteúdo?

ASSINE A FOLHA